

Políticas de prevenção ao uso e abuso de drogas e o discurso proibicionista: o caso do Projeto Girassol, em Pará de Minas/MG

Izabella Riza Alves⁶

Juliana França Marques Lemos⁷

Pablo Alves de Oliveira⁸

Introdução

As políticas alternativas de prevenção ao uso e abuso de álcool e outras drogas surgem como uma resposta às políticas atuais calcadas no proibicionismo criminalizador. Para Karam (2009, p. 1), o proibicionismo pode ser conceituado como um posicionamento ideológico, de fundo moral, que se traduz em ações políticas voltadas para a regulação de fenômenos, comportamentos ou produtos que são vistos como negativos, através de proibições definidas a partir da intervenção do sistema penal. Assim, o enfoque na expansão do poder punitivo se expressa na política de “guerra às drogas”, fazendo que o sistema penal seja o principal ator dessa guerra, e assim ele continua “exacerbando os danos, as dores e os enganos provocados pela intervenção do sistema penal sobre seus selecionados ‘inimigos’.” (KARAM, 2009, p. VII).

Assim, os reflexos dessa “guerra as drogas” são visíveis no sistema penal, já que os crimes relacionados ao tráfico de drogas são os que mais encarceram pessoas, equivalendo à 28% da população carcerária total. Além disso, mais da metade dessa população é de jovens de 18 a 29 anos e 64% são negros, conforme os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) do ano de 2017. Esses nos alertam sobre o atual panorama do sistema carcerário do Brasil, sendo fundamental o desenvolvimento de políticas alternativas que lidem com a questão das drogas por uma ótica não proibicionista criminalizadora.

Por esta razão, necessita-se do desenvolvimento de novas políticas baseadas no conceito ampliado da prevenção do uso e abuso de drogas (tanto lícitas quanto ilícitas), a partir da educação, da conscientização e da difusão de informações e conhecimentos sobre álcool e outras drogas.

Dentro de tal contexto, foi realizada pesquisa sobre o Projeto Girassol, que é desenvolvido nas escolas municipais de Pará de Minas – MG. O projeto consiste em uma política alternativa de prevenção e conscientização ao uso e abuso de álcool e outras drogas, apresentando-se com um viés diferente ao modelo do proibicionismo. Trata-se de um projeto de prevenção ao uso e abuso de drogas pensado para não realizar uma distinção moral entre as drogas taxadas como lícitas e as ilícitas, por considerar que os problemas causados pelo uso e abuso destas substâncias não está

6. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG; graduada em Direito pela PUC Minas; pesquisadora pelo PROBIC/FAPEMIG 2017 e 2018; extensionista pelo Projeto Laços 2017 e 2018; monitora bolsista de Introdução ao Estudo do Direito em 2018 e de Direito Penal I e II em 2016.

7. Graduanda em Direito pela PUC Minas; extensionista pelo Projeto Laços desde 2015; pesquisadora voluntária pelo FIP/CNPQ no ano de 2019; pesquisadora pelo PROBIC/FAPEMIG 2017 e 2018; monitora bolsista de Direito Penal I, II e III em 2017.

8. Doutor em Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Bacharel em Direito e Mestre em Ciências Penais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto da PUC Minas.

relacionado, necessariamente, com o tipo de droga, mas sim com a forma pela qual as pessoas as consomem⁹.

Tal projeto realiza um conjunto de intervenções junto aos professores das escolas, seus estudantes, e a comunidade local, pois o processo metodológico do Projeto Girassol foi desenvolvido pensando na peculiaridade de cada grupo envolvido. A ação com os professores possui um caráter formativo e informativo. Já com os estudantes a intenção é construir espaços dialógicos onde seja plausível a criação de possibilidades de produção e ressignificação dos saberes a partir das experiências dos partícipes. Há, ainda, a ação com a comunidade em que são discutidas as opiniões, assim como são transmitidas informações gerais sobre os temas trabalhados no projeto.

A metodologia baseou-se na revisão bibliográfica e estudo de caso. A escolha pelo estudo de caso se deu pois ele possibilita compreender a situação em sua totalidade, permitindo “identificar e analisar a multiplicidade de dimensões que envolvem o caso e, de maneira engenhosa, descrever, discutir e analisar a complexidade de um caso concreto, construindo uma teoria que possa explicá-lo e prevê-lo” (MARTINS, 2008, p. 9). A coleta de dados do estudo de caso ocorreu por meio da pesquisa documental.

Por fim, procedeu-se à análise de dados a partir da análise qualitativa, um processo metodológico de caráter exploratório que visa o aprofundamento da compreensão de determinado grupo, consistindo em compreender a qualidade esperada do objeto de estudo, comparando-a com a qualidade observada com um padrão preestabelecido. A análise qualitativa usou como método a covariação, cruzando-se as informações que foram divididas em três grandes categorias de fatores: a teoria que funda a pesquisa, os dados obtidos e as percepções dos pesquisadores. “O cruzamento é feito, antes, em cada um dos vértices, ou seja, cruzam-se dados entre si, descobrem-se aqueles que predominam e, após, são relacionados com o marco teórico” (DIAS; GUSTIN, 2014, p. 94).

Utilizou-se como marco teórico a analítica do poder desenvolvida por Michel Foucault, identificando como as relações polimorfos de poder permitem a reprodução de discursos. Para o autor, discursos são:

[...] um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente linguísticas ou formais, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinada (por exemplo, a grande separação entre razão/desrazão): a "ordem do discurso" própria a um período particular possui, portanto, uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas (REVEL, 2005, p. 37).

9. As informações encontram-se presentes no Plano de Ações - Projeto Girassol, do ano de 2016.

Dessa forma, os discursos totalizantes que são responsáveis por legitimar políticas racistas de “deixar morrer” que, nada mais são, do que uma forma de legitimação do genocídio de uma parcela da sociedade, através de políticas públicas voltadas para a criminalização e perpetuação de uma série de violências sobre a população negra brasileira.

Em seguida, foi desenvolvido o problema da pesquisa, que consiste em pesquisar a existência de discursos proibicionistas no Projeto Girassol que legitimam políticas de deixar morrer. E com isso, compreender, se e como, ocorrem as manifestações dos discursos racistas nas ações do projeto girassol na medida que o discurso de racista legitima a demonização de condutas consideradas como desviantes e também criminaliza características étnicas e culturais da população negra e da periferia, contribuindo para a perpetuação de políticas de deixar morrer. Acredita-se que esses discursos estão presentes e que eles reforçam os discursos racistas que perpetuam a política de deixar morrer.

A partir do problema e hipótese definidos, foi possível direcionar o olhar na análise do estudo de caso, tendo sido realizada a primeira visita a campo no dia 17 de maio de 2017, em que o objetivo seria conhecer os técnicos do projeto, entender melhor as particularidades e objetivos de cada um deles, traçar a agenda de atividades para o segundo semestre de 2017 e recolher informações sobre os frutos colhidos no desenvolvimento do Projeto Girassol no ano anterior, ou seja, 2016. Nestas visitas, foram coletados materiais produzidos pelos estudantes do projeto, bem como documentos como o Plano de Ações do Projeto Girassol que foram elaborados por seus idealizadores.

Além disso, em visita de campo às oficinas do projeto, foram realizadas intervenções pelas pesquisadoras na modalidade da observação participante. A partir das opiniões que eram apresentadas pelos estudantes acerca dos assuntos abordados pelo projeto, as pesquisadoras realizavam questionamentos, objetivando compreender melhor as opiniões de cada estudante e os discursos que ali eram reproduzidos.

Os resultados desta reunião foram compilados no *Relatório de Visitas de Campo*, juntamente com as cópias dos documentos de conclusão do Projeto Girassol no ano de 2016 e 2017, e cópias do material produzido pelos estudantes durante o ano de 2017. Portanto, para a análise do discurso foram utilizadas as informações recolhidas na visita de campo e nos documentos de conclusão de projeto.

A legitimação do discurso conforme a analítica do poder

A analítica do poder de Michel Foucault possibilita compreender como as relações de poder são criadas, formadas e reforçadas por discursos que institucionalizam uma série de opressões presentes nas sociedades atuais. Discurso consiste em

um conjunto limitado de enunciados oriundos de um mesmo sistema de formação que irão dizer sobre determinado objeto; assim temos o discurso psiquiátrico, o discurso econômico e etc. Tais discursos atuarão na produção de saberes, estabelecendo formas de sujeição e controle e acabando por influenciar nas relações de poder que, para Foucault, deve ser entendida como relações polimorfas, em que todos os sujeitos podem exercer o poder, em certa medida. Neste sentido, o poder deve ser visto a partir de suas extremidades, de suas formas mais capilares. Considerando estas ideias, o poder atua como formador das individualidades, em que as pessoas são tanto receptoras quanto emissoras do poder.

Assim como abordado na obra *Em Defesa da Sociedade*, a presente pesquisa analisa a institucionalização de práticas racistas, culminando em séries de políticas estatais que de forma despercebida e velada objetivam o extermínio de uma parcela da sociedade correspondente à população negra da periferia brasileira.

Apesar das leis e políticas públicas brasileiras serem desenvolvidas perpassando pelo crivo da democracia, como seria possível, através dos olhos de Foucault, a aceitação de práticas estatais racistas? O poder estatal pode ser investido de duas formas: a negativa e a positiva. O poder negativo consiste no exercício do domínio estatal através do uso da força sendo a sua constatação imediata e, muitas vezes, criticada pela população. Por exemplo, visualizamos o poder negativo estatal ao acessarmos a história do Ocidente, quando ainda eram permitidas os açoites em público, os enforcamentos e as caças às bruxas nas fogueiras. Ou então quando observamos a violência policial aplicada aos direitos das pessoas que vivem nas periferias brasileiras.

Porém, de outro modo, o poder também pode apresentar-se na forma positiva, em que há o uso do convencimento, através de técnicas de legitimação, para que a população apoie a reprodução de certos discursos a adoção de certas práticas. Sob o ponto de vista do Estado, o poder positivo não utiliza a força como seu argumento último, mas sim a legitimidade através de argumentos lógicos jurídicos.

Desse modo, é de conhecimento geral que a Constituição da República de 1988 garante a todos os cidadãos o direito à saúde, educação e segurança. Inclusive, ressalta o texto constitucional em seu artigo 5º, caput, que todos e todas são iguais perante a lei, ou seja, as políticas públicas devem destinar-se a todas as pessoas independentemente de critérios pessoais, sendo estes critérios aplicáveis apenas a fim de se sanar desigualdades sociais e atender as necessidades específicas de cada pessoa. Sendo assim, é por óbvio que todas as pessoas devem ter seus direitos constitucionais garantidos, mas o que não revela a nossa Constituição da República é que estes mesmos direitos garantidos são também utilizados para institucionalizar práticas racistas contra determinada parcela da sociedade.

Ou seja, a criminalização do tráfico ilícito de entorpecentes é fundamentada em uma legislação que se adéqua a preceitos constitucionais e, conseqüentemente, uma série de práticas violentas estatais aplicadas pela política de guerra às drogas são aceitas, pois constituem parte deste poder positivo estatal. E tais práticas são possíveis pois têm tal legitimação legal, mas, também, são fundamentadas por discursos que circulam e reforçam as relações de poder.

Os discursos que influenciam a prática de políticas de dominação seriam os chamados, por Michel Foucault (2005), de *discursos totalizantes*, considerados como os discursos oficiais, dotados de cientificidade, que acabam por desqualificar os chamados *saberes sujeitados* que são os saberes históricos, locais e particulares. Neste sentido, os discursos que legitimam as políticas proibicionistas de guerra às drogas são considerados os saberes oficiais, de modo que se revestem de um caráter científico, aniquilando quaisquer discursos que queiram deslegitimar esta política. Alguns destes discursos foram observados nas dinâmicas do Projeto Girassol e serão analisados no capítulo subsequente, para que possamos compreender em que medida eles influenciam nas produções de saberes dentro do projeto e reforçam instituições.

Ou seja, se estes discursos reforçam tais práticas de dominação, eles também são responsáveis por promover o que Foucault chama, nas aulas dos dias 21 e 28 de Janeiro de 1976 (2006), de *Luta de Raças*, que culminará no *Racismo de Estado*. Em um primeiro momento, o autor aponta que o *discurso da luta de raças* é:

[...] o discurso de um combate que deve ser travado não entre duas raças, mas a partir de uma raça considerada como sendo a verdadeira e a única, aquela que detém o poder e aquela que é titular da norma, contra aqueles que estão fora dessa norma, contra aqueles que constituem outros tantos perigos para o patrimônio biológico. (FOUCAULT, 2006, p. 72).

E é neste discurso de superioridade que há a definição da história oficial e vigente, que definirá, através de critérios biológicos, quais serão os sujeitos favorecidos pelas instituições, pelas leis e pelo direito. E, neste ponto, observa-se uma polarização através da *Luta de Raças* em que há um embate do discurso histórico vigente e dos discursos subjugados. Ou seja, se antes a considerada como *super-raça* deveria dividir território com a considerada *raça inferior*, agora esta é removida aos guetos por aquela. Se antes a história e as leis eram contadas e escritas por ambas, agora a super-raça é detentora da história oficial, formulada pelos discursos oficiais. E deste contexto surge a ruptura, a tentativa de insurgência da raça subjugada através do discurso da *contra-história*. Ela é o discurso daqueles que são marginalizados pela história oficial, é a tentativa de resistência, de luta e de existência.

Ela [a contra-história] vai ser o discurso daqueles que não têm a glória, ou daqueles que a perderam e se encontram agora [...] na obscuridade do silêncio. Isso faz com que esse discurso [...] vá ser uma tomada de palavra irruptiva, um apelo: “Não temos, atrás de nós, continuidade; não temos, atrás de nós, a grande e gloriosa genealogia em que a lei e o poder se mostram em sua força e seu brilho. Saímos da sombra, não tínhamos direitos e não tínhamos glória, e é precisamente por isso que tomamos a palavra e começamos a contar a nossa história”. (FOUCAULT, 2005, p. 82).

Foucault (2005) entende que é desta disputa de discursos que surge o racismo propriamente dito caracterizado pela substituição da ideia de luta de raças pela ideia de pureza de raças. O critério utilizado é o biológico, em que há a diferenciação das espécies, seleção do mais forte e manutenção das raças mais adaptadas. Veja só se este não é um discurso tanto quanto darwinista, que justifica os mecanismos de dominação através de critérios científico-biológicos, naturalizando políticas criadas com o objetivo de aniquilar aquele denominado inimigo da sociedade. Se antes a sociedade era binária, ou seja, coexistiam duas raças, duas histórias que se enfrentavam, agora ela será biologicamente monista e quaisquer elementos heterogêneos que causam desconforto à homogeneidade deverão ser aniquilados.

E é neste contexto que Foucault compreende o surgimento do Racismo de Estado que passa a ser um instrumento de proteção da integridade e superioridade de uma raça contra a outra.

A soberania do Estado transformou-o assim no imperativo da proteção da raça, como uma alternativa e uma barragem para o apelo revolucionário, que deriva, ele próprio, desse velho discurso das lutas, das decifrações, das reivindicações e das promessas. (FOUCAULT, 2005, p.96).

[...] momento em que se constituiu o racismo de Estado, no momento em que o Estado teve de aparecer, de funcionar e de se mostrar como o que assegura a integridade e a pureza da raça, contra a raça ou as raças que o infiltram, que introduzem em seu corpo elementos nocivos e que é preciso, conseqüentemente, expulsar por razões que são de ordem política e biológica ao mesmo tempo. (FOUCAULT, 2005, p. 101).

Instrumento de proteção este que irá desenvolver políticas públicas justificadas através de um sistema jurídico e que, muitas vezes, não precisa apoiar-se no poder negativo para obter seus efeitos, mas sim através do poder positivo, valendo-se das políticas de *fazer viver* e *deixar morrer*. Em sua análise do poder, Foucault percebe que o racismo de estado institucionaliza práticas de *fazer viver* destinadas ao desenvolvimento de uma parcela da sociedade. Ou seja, à super-raça são garantidas políticas que possibilitarão o seu desenvolvimento, a sua vida, tais como saúde, educação, lazer

e segurança e, em contraposição, por meio dos dispositivos de controle, normalização e disciplina, à raça subjugada são negadas estas políticas de fazer viver, em que seu objetivo último é dificultar a sobrevivência desta população.

Neste sentido, junto à tecnologia disciplinar do trabalho centrada no corpo individual dos sujeitos e que utiliza os mecanismos de seleção, normalização, hierarquização e centralização dos saberes, surge uma nova tecnologia denominada *biopolítica*. Ela não atuaria mais sobre os corpos individuais, mas sim sobre uma multiplicidade de pessoas afetada pelos processos biológicos. A biopolítica atua sobre os processos de natalidade, longevidade, mortalidade, constituindo-se como forma de controle da população ou, como diz Foucault (2006), como uma previdência. Vale salientar que ambas as tecnologias são articuladas, sendo que as disciplinas também intervêm na esfera do Estado e, desta articulação, pode-se compreender a sociedade de normalização.

A biopolítica lida com a população como problema político e científico, na medida em que entende que esses fenômenos têm natureza coletiva e devem ser analisados de forma massificada. Ela vai se dirigir a uma população como um todo, aplicando-se mecanismos muito diferentes das técnicas de poder disciplinares, quais sejam as estimativas, previsões, estatísticas e medidas globais, sendo aplicadas técnicas que busquem interferir nos fatores biológicos da existência humana, como baixar a morbidade, estender a vida, estimular a natalidade. Ou seja, a biopolítica, mediante mecanismos globais, busca influenciar sobre a vida, através dos processos biológicos do homem-espécie, assegurando sobre eles uma regulamentação (e não uma disciplina em si mesma de controle sobre os corpos). Desse poder de regulamentação faz-se viver e deixa-se morrer.

O que irá diferenciar quais coletividades serão alvos das políticas de *fazer viver* e quais serão alvos das de *deixar morrer*, de acordo com Foucault (2005), será o racismo. O racismo é responsável por identificar aquele que será o inimigo político na medida em que o discurso elaborado afirma que para a sobrevivência da super-raça é necessário que o inimigo morra. Assim, o racismo surge como forma de justificação de políticas públicas que permitem a morte daquele inimigo político. “A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (FOUCAULT, 2005, p. 306). Seja esse assassinio o direto (poder negativo) ou o indireto (poder positivo), como o fato de expor à morte, de expor a riscos que diminuam a longevidade, a morte política, a expulsão, a rejeição, a marginalização dos sujeitos, etc.

Os discursos observados no Projeto Girassol

Durante o ano de 2017, foi realizada uma série de visitas de campo à oficina do Projeto Girassol, com os objetivos de conhecer melhor a filosofia do projeto, recolher depoimentos dos aplicadores, tais como os professores e diretores das escolas, recolher materiais desenvolvidos pelos estudantes e assistir às oficinas através da observação participante. No dia 17 de maio de 2017, realizamos visita a campo e recolhemos uma série de trabalhos produzidos pelos estudantes durante o projeto no ano anterior que nos mostrou a existência de alguns discursos comuns à ótica proibicionista.

O primeiro discurso observado é o da *ideologia da diferenciação* que se apresenta como relevante na seguinte passagem de uma paródia produzida por um estudante que afirma que pessoas saudáveis, inteligentes e conscientes são aquelas que não utilizam drogas, diferentemente dos usuários que começaram a utilizar estas substâncias por inocência e falta de consciência e que, portanto, viraram pessoas doentes, “malandras”.

“Inconsciente um menino inocente fumando tão carente resolveu consumir, inconsciente se envolveu com uma tropa ficou um malandro (...). Saudavelmente um guri inteligente obedeceu agente parou de consumir”.¹⁰

O discurso da *ideologia da diferenciação*, oriunda do modelo médico-sanitário-jurídico, que surge como um instrumento totalizante de repressão, realizando, assim, uma distinção maniqueísta entre os cidadãos: *homem bom versus homem mau, consumidor versus traficante, doente versus delinquente*. A pessoa consumidora de drogas é vista como um doente, que deve ser tratado pelos órgãos de saúde pública, até mesmo se o seu nível de comprometimento com a substância não for avançado. Já aquele que vende as drogas, tem suas ações criminalizadas, de modo que o estado penal deve ser responsável por “sanar este problema”.

Isto é, sobre os consumidores, recai o discurso médico-psiquiátrico do estereótipo da dependência. Ou seja, todo sujeito que vier a consumir drogas é tratado como uma pessoa que pode desenvolver a dependência ou que já a tenha desenvolvido, sendo este sujeito desprovido de autocontrole e de capacidade de educar-se sobre o consumo de drogas. Já sobre os traficantes - considerados como os culpados pelas mazelas relativas à violência em torno do tráfico de entorpecentes - incide o discurso jurídico penal de que se extrai o estereótipo do criminoso corruptor da moral e da saúde pública (CARVALHO, 2016, p. 54).

Em um segundo momento, foram observados o *discurso higienista de criminalização e horror às drogas* e também o *discurso da salvação* em que as informações disseminadas objetivam causar temor aos sujeitos sobre a

10. Paródia da música “Malandramente” feita pelo aluno V.A.S.D, da sala 9, ano 7, da escola CAIC, durante uma das atividades do Projeto Girassol, no ano de 2016. Grafia original do autor. Vide anexo I.

utilização de drogas, fugindo da realidade ao reafirmar que qualquer pessoa que provar, experimentar, se aproximar de substância ilícitas será infeliz, morrerá ou obterá qualquer outro resultado maléfico decorrente do uso de drogas. Em decorrência desta ideia, este discurso afirma que haverá “bons sujeitos” capazes de “salvar” aqueles que estão se envolvendo com drogas. Observa-se tal discurso nas seguintes passagens:

Se você quiser se dá bem me escute meu amigo/ Se você ir por esse caminho com certeza vai ficar mal/ E depois vai ficar alucinado/ Essa é uma vida que ninguém quer ter.../ Porque eu vou te levar/ Basta só acreditar, nós vamos/ Ter que fugir das drogas (...) / Basta me dar as mãos.

O amigo ta drogado ta oferecendo eu não sou babaca vou sair correndo ele ta drogado ta querendo matar diga não as drogas para não vacilar.

Droga mata, droga vicia, se você insistir pode acabar com a sua família.¹¹

Importante ressaltar que este discurso higienista origina-se na supervalorização do saber médico, comum ao biopoder. Neste sentido, Foucault esclarece:

E vocês compreendem então, nessas condições, por que e como um saber técnico como a medicina, ou melhor, o conjunto constituído por medicina e higiene, vai ser no século XIX um elemento, não o mais importante, mas aquele cuja importância será considerável dado o vínculo que estabelece entre as influências científicas sobre os processos biológicos e orgânicos (isto é, sobre a população e sobre o corpo) e, ao mesmo tempo, na medida em que a medicina vai ser uma técnica política de intervenção, com efeitos de poder próprios (FOUCAULT, 2005, p. 302).

Além disso, na visita de campo do dia 22 de setembro de 2017, foi observado um espaço reservado para exposição dos diversos trabalhos produzidos pelos estudantes, na escola Professora Amélia Guimarães. Um destes trabalhos retratava o rosto de um estudante¹², representado como pessoa de pele branca. E, também, retratava o estereótipo de um traficante/usuário de drogas, representado pela pele negra e características e vestimenta comum às dos jovens da periferia, como boné aba reta, *piercing*, barba e tatuagem.

Percebemos aí novamente a reprodução do discurso da ideologia da diferenciação, em que o “bom menino” é aquele que estuda, trabalha e o “mau” é aquele que possui qualquer envolvimento com drogas. Mas, mais do que isso, percebemos que o mecanismo utilizado, de forma inconsciente, para discernir o “bom” do “mau” foi a cor da pele e características culturais, em que o estudante é representado pelo branco e o traficante/usuário pela pessoa negra.

11. Paródias de músicas realizadas pelos alunos da escola CAIC, em que essas foram escolhidas como as melhores paródias. A atividade foi realizada durante uma das oficinas do Projeto Girassol no ano de 2016. Grafia original dos autores.

12. Vide anexo V.

Portanto, é evidente a criminalização do corpo e da cultura do jovem negro da periferia, na medida em que suas características são associadas, de forma recorrente, ao estigma da delinquência. Este estigma contribui para que a população negra seja alvo das políticas proibicionistas racistas de guerra às drogas que, de forma despercebida, ou não, marginalizam e permitem que se mate esta população. O racismo aparece, aí, como forma de cisão, definindo qual coletividade deverá ser submetida às políticas de deixar morrer que, no caso, é a população negra da periferia brasileira.

Conclusão

Observamos o discurso criminalizador e proibicionista legitimado por meio do sistema penal não apresentam sucesso ao que elas propõem, que é controlar a venda e o uso de drogas. Dessa forma, surgem os programas de conscientização sobre o abuso e uso de álcool e outras drogas, pois diferentemente das políticas atuais, elas visam lidar com as questões referentes a drogas respeitando os direitos fundamentais consolidados na nossa Constituição no artigo 5. Entretanto, notamos que muitas das vezes respeitar os direitos básicos não é suficiente para que essas políticas obtenham um discurso diferente do discurso tradicional.

Essa análise pode ser feita através do Projeto Girassol que possui uma proposta informativa e democrática. Nota-se que o mesmo consegue estimular os laços entre os alunos da escola, reforçando o respeito mútuo e a tolerância, mas, apesar disso, e dos esforços realizados pelos aplicadores do Projeto, percebe-se que ainda há uma forte presença de alguns discursos oriundos da atual política criminalizadora e proibicionista de guerra às drogas. Os discursos mais marcantes foram o da *ideologia da diferenciação*, o *discurso higienista descriminalização e horror às drogas* e também o *discurso da salvação*.

Um dos discursos mais predominantes no Projeto Girassol é o *discurso racista*, conforme levantado inicialmente. Foi possível constatar esse discurso por meio do material produzido pelos estudantes, onde ficou evidente a criminalização do corpo e da cultura do jovem negro da periferia, na medida em que suas características são associadas, de forma recorrente, ao estigma da delinquência.

Nota-se que um dos fatores que influenciam a propagação desses discursos no Projeto é a falta de discussões sobre problemas sociais estruturais (como racismo e desigualdades econômicas) pelos aplicadores. Pois esses aplicadores possuem a formação técnica da sua disciplina, mas, por deficiência de análise de conjuntura, não percebem o discurso que estão passando para os jovens estudantes e para a comunidade. Essa questão se dá também por outro ponto problemático, que é a falta de recursos próprios para o Projeto, visto que com um maior poder econômico

a estrutura do mesmo poderia ser melhor, pois com isso, a contratação de profissionais para a aplicação do projeto e, também de profissionais que poderiam lidar com a redução de danos seria possível. Facilitaria também a inserção de vários setores presentes na comunidade.

Dessa forma, propagar esses discursos através de uma política que propõe ser alternativa é extremamente problemático, pois, muitas das vezes, os jovens alvos do projeto são os que irão sofrer as consequências desse discurso pelo envolvimento direto e/ou indireto com as drogas. E não só os jovens são afetados, as pessoas da comunidade, os próprios aplicadores do projeto (que são também professores da escola), sofrem as consequências da política de deixar morrer, que, como já dito, marginaliza e permite a morte dessa população.

Portanto, devemos pensar em uma política alternativa que realmente conscientize a população sobre as drogas, mostrando os efeitos que ela pode gerar tanto biologicamente quanto socialmente, apresentando táticas de redução de danos e que, além disso, seja políticas que respeitem os direitos básicos de todas as pessoas, e que não reforcem discursos racistas e quaisquer outros que são usados para legitimar a guerra a drogas.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. INFOPEN. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. 2017.

BRASIL. Lei de Tóxicos (2006). *Lei federal nº 11.343 de 23 de Agosto de 2006*. Brasília, DF: 2006.

CARVALHO, Salo de. *A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da lei 11.343/06*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy B. S. *(RE) pensando a pesquisa jurídica*. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Hermenêutica do Sujeito: curso no Collège de France (1981-1982)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

KARAM, Maria Lúcia. *Proibições, riscos, danos e enganos: as drogas tornadas ilícitas*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009. (Escritos sobre a liberdade, 3).

MARTINS, Gilberto De Andrade. *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. - São Carlos: Clara luz, 2005.

Anexo 1

Paródia: Inconsciente
MUSICA: Melodramática

10

3

ESCOLA: CAIC

Inconsciente uma memória urgente fumando
 todo repente resolvei renunciar, inconsciente
 se amaldiçoou sem uma festa pra um malandro
 e hoje tá pra ai mais cuidado muita gente
 mora intocado e malabar formar cuidado muita
 agitar morte pra ai arreze pra ai morte pra ai
 morte pra ai morte pra ai

Sobrevivente um guru inteligente descobriu agulha
 passou de consumo, cedente se imolou no arde
 pra tá estudando e hoje tá pra ai, não vultu moda
 mas volta de novo guardada pra vez não entrou
 mesmo aliado venceu onde venceu pra ai um solta onde
 um sem saber onde um sem saber onde li sem saber onde
 ai

5 ALA: g

5 ALA: g

5 ALA: g

5 ALA: g

Anexo 2

Paródia: DRÓGAS
 Música: Metal Mulisha
 SORA: 9
 AND: 7:º
 Mandarina

Quando está drogado tá esperando eu não
 sei porque eu não vai esperando ele tá
 drogado tá esperando摩托, droga não os drogas
 pra não voltar, droga não os drogas tá
 tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá
 tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá
 tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá
 tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá
 tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá
 a denuncia ele.

O amigo tá drogado tá esperando eu não
 sei porque eu não vai esperando ele tá drogado
 não não de esperar não e sempre tá
 pronto pra摩托, droga não os drogas,
 tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá
 摩托 tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá tá
 tá e 'mulisha não摩托 tá tá tá tá a denuncia

Anexo 3

Música: Ode de Fenela

7:º 09 /
 1º grupo

Éra umente, a bô tá perdendo
 Vinte e nove vidas, nos tá perdendo
 Começou a fumar, depois foi vendendo
 Vinte e nove drogas e perdendo mais do tempo

Fumava muito, não queria parar
 por causa amigos, queriam tirar
 droga, não para parar, mulheres
 Eravam todos pra casa sentia, pra drogas e luzes

2 x P
 Fanta de drogas, lutaram muito
 quem poder oxeim dos melhores e mundo

Anexo 4

Olá, boa tarde

Estou falando em nome de todos da minha turma e queria dizer que estamos decepcionados com o mundo principalmente no questão das drogas. Temos que melhorar o nosso mundo arrumar o que fazer em vez de consumir drogas podemos ser diferentes e com esse "Projeto Curatorial A viagem do bem" podemos nos conscientizar e ser melhor a escola está fazendo sua parte agora e a nossa vez. Trocar drogas por esporte, música, jogos...

Temos que ser felizes e tenho certeza que não precisamos de drogas para isso.

Anexo 5

